

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR FEDERAL NO BRASIL NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

André Moura Blundi Filardi ¹
Dayton Fernando Padim ²

RESUMO

Há uma relação intrínseca entre as transformações econômicas da sociedade capitalista que ocorreram a partir dos anos 1970, a Reforma do Estado articulada no Brasil na década de 1990 e as políticas para a educação superior no país. Um breve relato - e uma análise das consequências - acerca destas relações e das transformações consequentes da educação superior no Brasil, principalmente, nas universidades federais, a partir das políticas educacionais desenvolvidas, mais recentemente, a partir da segunda metade da década dos anos 2000 é a discussão que propõe este artigo.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Superior; Universidades Federais.

THE PUBLIC POLICIES OF THE FEDERAL UNIVERSITY EXPANSION IN BRAZIL IN THE CONTEXT OF THE MUNDIALIZATION OF THE CAPITAL

ABSTRACT

There is a intrinsic relation between the economic transformations of capitalist society occurred since 70's years, the State Reform build in Brazil in 90's years and the public policies of superior education in the same country. A short report and analysis of consequences of these relations to superior education in Brazil and the transformations of the federal universities, from the educational policies developed, since first decade of twenty-one century is the debate representative in this article.

Keywords: Public Policies; Superior Education; Federal Universities

INTRODUÇÃO

Há reformas de maior ou menor alcance: umas pretendem apenas melhorar os aspectos de um quadro de problemas, outras ambicionam mudanças radicais. Por diferentes que sejam, têm suas motivações e ultrapassam as dimensões internas das instituições educativas e tocam na problemática do sistema educacional e da sociedade. Por isso, uma reforma educativa acaba mexendo com interesses e valores não só da comunidade educativa, mas da população mais ampla. (DIAS SOBRINHO, 2006, p.168)

Este artigo procura estabelecer relações entre o contexto das transformações da estrutura econômica mundial que se desenvolveram nos últimos trinta anos, ou seja, o processo de mundialização do capital, com as políticas públicas para o ensino superior que se desenvolveram no Brasil a partir destas transformações. Neste sentido, procura analisar como que, com este novo contexto da economia mundial, o Estado e os governos

brasileiros lidaram com as necessidades de expansão e melhoria do ensino superior público ao mesmo tempo em que as pressões para a maior entrada de capital externo neste setor eram evidentes.

Assim, a partir da análise de dados que comparam a expansão do ensino superior em suas esferas particular e pública, trechos de documentos e tabelas organizadas pelo governo e pelo Ministério da Educação (MEC), além de textos de outros pesquisadores, também críticos ao modelo de expansão do ensino superior, conseguimos demonstrar, mesmo que parcialmente e de sucintamente, que houve uma interdependência destes processos.

O objetivo deste artigo é contribuir com a crítica ao modelo de expansão e com a desconstrução da ideologia de que, de alguma maneira, este processo poderia se apresentar de maneira democrática e servir mais aos propósitos do desenvolvimento da educação e menos aos propósitos das corporações e dos capitais privados. Afirmamos, em sentido contrário, que por conta das escolhas e das diretrizes que vem se desenvolvendo na educação superior no Brasil estamos cada vez mais interligados e participes com as esferas de modelo de economia e políticas públicas que seguem os interesses dos grandes capitais e das instituições financeiras e produtivas internacionais.

Estas prerrogativas se materializam quando analisamos os números e as condições de implantação destes programas de educação no superior no Brasil. É, portanto, uma tentativa de mostrar, na esfera material, como estes programas se concretizam na prática universitária e nas condições de educação e trabalho nestas instituições.

CONTEXTO ECONÔMICO E EDUCAÇÃO

O processo iniciado por volta da década de 1970 nomeado por François Chesnais de *Mundialização do Capital* é construído a partir de uma maior participação de empresas transnacionais com investimentos diretos em países emergentes. Também se configura como uma flexibilização sobre as instituições e regulamentações do Estado de bem-estar social e pela maior participação da esfera privada nas instituições públicas. Há um novo modelo de desenvolvimento, a *acumulação flexível*, que consiste em buscar a flexibilização das relações trabalhistas e o aumento das taxas de lucro a partir de novas configurações do sistema de produção, conforme Harvey (1992):

A acumulação flexível (...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, novos mercados de trabalho, dos produtos e padrões. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como, a Terceira Itália, Flandres, vários vales e gargantas de silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). (HARVEY, 1992, p. 140)

Este processo traz implicações e contradições que levam a reformulação do modelo de financiamento das políticas públicas. No Brasil este se apresenta de maneira mais

categorica a partir da Reforma do Estado do início dos anos 1990 concomitantemente à implantação do modelo gerencial de gestão pública, conforme enfatiza Bresser-Pereira:

O objetivo da **Reforma da Gestão Pública de 1995** é contribuir para a formação no Brasil de um aparelho de Estado forte e eficiente. Ela compreende três dimensões: a) uma dimensão institucional-legal, voltada à descentralização da estrutura organizacional do aparelho do Estado através da criação de novos formatos organizacionais, como as agências executivas, regulatórias, e as organizações sociais; b) uma dimensão de gestão, definida pela maior autonomia e a introdução de três novas formas de responsabilização dos gestores – a administração por resultados, a competição administrada por excelência, e o controle social – em substituição parcial dos regulamentos rígidos, da supervisão e da auditoria, que caracterizam a administração burocrática; e c) uma dimensão cultural, de mudança de mentalidade, visando passar da desconfiança generalizada que caracteriza a administração burocrática para uma confiança maior, ainda que limitada, própria da administração gerencial. (PEREIRA em <<http://www.bresserpereira.org.br/rgp.asp>> Acesso em 12/09/2011). Grifo nosso.

Portanto, a reforma da gestão pública tem como desafio trazer para a sociedade civil organizada tarefas de participação e controle até então não utilizadas. As funções do estado passam a ser terceirizadas e as agências reguladoras passam a ser instrumento de controle dos serviços públicos e privados. A avaliação externa e a competitividade são implantadas e os órgãos públicos devem responder com maior eficiência às suas demandas.

Estas diretrizes começam a reger os serviços públicos estabelecendo a lógica da racionalidade instrumental dentro do próprio funcionalismo público. O pragmatismo que se apresenta auxilia na composição da ideologia de um *funcionalismo empresarial*. Ou seja, a competitividade é incentivada como um mecanismo para o aumento da produtividade. Para a estrutura e dinâmica das universidades estes novos parâmetros de administração incorporam uma heteronomia, no sentido de que são parâmetros externos, vindos do Ministério da Educação. É uma contradição que se faz presente no discurso de implantação do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação da Educação Superior de 2007): o governo escreve e proclama *autonomia universitária*, mas incentiva às Universidades a aderirem ao Programa a partir de critérios externos a ela e a partir de um modelo de avaliação externa e sob critérios da lógica produtivista.

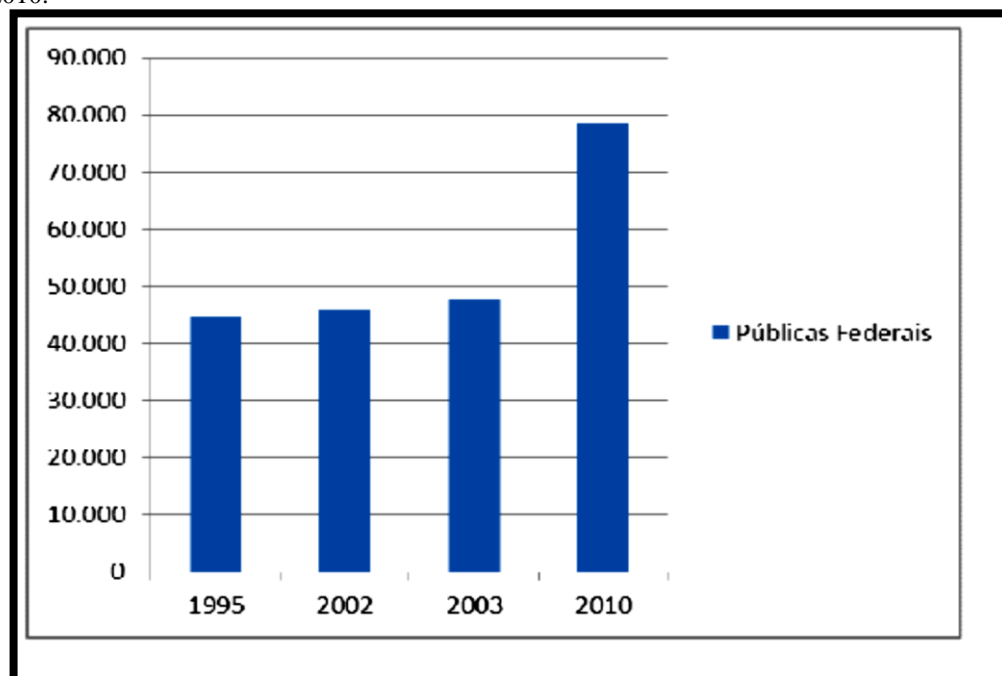
Este modelo busca soluções para a expansão das Universidades Públicas, que se faz necessária a partir do novo modelo de *acumulação flexível*, que enfatizam uma intensificação do trabalho em todos os níveis da Universidade. O trabalho docente passa a ser medido a partir de sua produtividade. Esta lógica incentiva, desta maneira, que a produção acadêmica e científica acompanhe a velocidade da produção e reprodução do capital. E, se possível, participe desta dinâmica de maneira ativa.

Este processo carrega consigo uma série de implicações para a dinâmica da Universidade e para o trabalho docente. A Universidade se encontra mais ligada àquela lógica reprodutivista e o trabalho docente perde parte de seu sentido e autonomia.

Com o início do século XXI, há a consolidação deste modelo supracitado. No entanto, não se trata de mera continuidade, sobretudo quando se considera a política de expansão do ensino superior. Nesta há diversas contradições, como o modelo de implantação do REUNI, mas há uma mudança de direção em relação à política pública para a educação superior adotada nos governos anteriores.

Em um quadro sintético da expansão do número das funções docentes nas universidades entre 1995/2003 e 2003/2010 se visualiza esta mudança:

Tabela 1: Evolução do número de funções docentes em exercício no Brasil, na rede federal, 1995/2002-2003/2010.



FONTE: (MANCIBO, 2012).

É notável que, a partir do ano de 2003, a política para a docência nas Universidades Federais apresenta uma mudança de direção. Há uma expansão substancial nas vagas docentes. Mas, esta política aponta contradições que serão apontadas na análise do REUNI e no modelo de expansão da rede federal de ensino superior.

A expansão da rede de ensino superior no Brasil se estrutura a partir da Reforma do Estado e, principalmente, a partir da promulgação do Reuni - *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* - instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, pelo Governo Lula. Com este Programa, o Governo Federal busca uma intensificação do ritmo de trabalho e produção e reprodução acadêmica e científica nas Universidades. Tanto com a expansão e intensificação do trabalho docente como pela expansão do número de discentes. Este último faz-se em parte da decorrência do primeiro.

A reformulação da educação superior, que está sendo realizada pelo governo Lula da Silva, encontra-se inserida em um processo mais amplo de reordenamento do Estado brasileiro, caracterizado pela sistemática diluição das fronteiras entre público e privado, a partir da materialização da noção de público não estatal operada pelas parcerias entre o público e o privado. Esse processo atravessou o governo Cardoso, quando a educação foi incluída no setor de atividades não exclusivas do Estado (SILVA JR. e & SGUISSARD, 1999), e está sendo aprofundado no atual governo por meio de mais uma fase da reforma da educação superior (NEVES, 2004; NEVES e & SIQUEIRA, 2006 e LIMA, 2007). (LIMA, 2009, p. 20).

Entretanto, podemos perceber alguma mudança nesse sentido a partir do primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando o Grupo Executivo instituído pelo Governo Federal, em fevereiro de 2004, coordenado por Fernando Haddad, elaborou o documento *Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior* (BRASIL, 2004a), que entre outras ações, sugeria a criação de novas Universidades e outros *Campi* fora de sede vinculados às Instituições Federais existentes. A ideia veiculada pelo grupo pode ser resumida na frase de efeito: “*Expandir até ficar do tamanho do Brasil*”.

Vale salientar que um processo de expansão e interiorização que fosse efetivamente relacionado a uma democratização, pressuporia responsabilidade social que teria que “*ser assumida pela universidade, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para as impor.*” (SANTOS, 2004, pág. 89).

Não podemos, no entanto, deixar de lembrar outro papel da universidade, como Teixeira reforça na seguinte passagem:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades.

Trata-se de manter uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva. (TEIXEIRA, 1998, p. 35)

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

A Lei 9394 de 1996 descreve:

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos federais de educação.

(...)

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas. (BRASIL, 1996a)

Após a aprovação da LDB, o governo federal, tem como principal responsabilidade, fiscalizar e prover o ensino superior em nível nacional, tanto público quanto privado, sendo o último apenas fiscalizado.

Durante o Governo de FHC, e principalmente após a aprovação da LDB, ocorreu uma diminuição da presença do Estado na educação superior, principalmente por conta da expansão da rede privada nesta modalidade de ensino e pela abertura ao capital externo.

Como fonte de dados os resumos técnicos dos censos da educação superior disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsável por confeccionar o censo e o tornar público, ilustra o

processo.

Tabela 2: Distribuição Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil 1991-2002.

Ano	Total	Pública	%	Privada	%
1991	893	222	24,9	671	75,1
1992	893	227	25,4	666	74,6
1993	873	221	25,3	652	74,7
1994	851	218	25,6	633	74,4
1995	894	210	23,5	684	76,5
1996	922	211	22,9	711	77,1
1997	900	211	23,4	689	76,6
1998	973	209	21,5	764	78,5
1999	1.097	192	17,5	905	82,5
2000	1.180	176	14,9	1.004	85,1
2001	1.391	183	13,2	1.208	86,8
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1

FONTE: (BRASIL, 2002a).

Do período de 1991 a 1996, ano da aprovação da LDB, a quantidade de instituições públicas, diminuiu cerca de 5%. No mesmo período, houve um aumento de 6% nas instituições privadas, o que demonstra, mesmo que sutilmente, os impactos das políticas de reforma do Estado. Vale salientar que os números começam a mostrar variações principalmente no governo FHC.

Após a aprovação da LDB, observando apenas o período de 1997 a 2002, continuou o decréscimo de instituições públicas, tendo variação de quase 8% e as instituições privadas cresceram 109% no mesmo período.

Se observadas as variações em números totais de instituições, as públicas perderam mais da metade do espaço educacional de ensino superior, as instituições privadas ocuparam este espaço, principalmente, pela não ação das políticas educacionais daquele governo ou pelo privilégio dado às instituições particulares.

Após a saída de FHC do governo, o presidente LULA deu início a políticas educacionais de expansão da rede federal de ensino superior sinalizando com ideias distintas de seu antecessor em relação a esta área.

Tabela 3: Evolução do Número de Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa – Brasil – 2001-2010

Ano	Total	Pública								Privada	%
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%		
2001	1.391	183	13,2	67	4,8	63	4,5	53	3,8	1.208	86,8
2002	1.637	195	11,9	73	4,5	65	4,0	57	3,5	1.442	88,1
2003	1.859	207	11,1	83	4,5	65	3,5	59	3,2	1.652	88,9
2004	2.013	224	11,1	87	4,3	75	3,7	62	3,1	1.789	88,9
2005	2.165	231	10,7	97	4,5	75	3,5	59	2,7	1.934	89,3
2006	2.270	248	10,9	105	4,6	83	3,7	60	2,6	2.022	89,1
2007	2.281	249	10,9	106	4,6	82	3,6	61	2,7	2.032	89,1
2008	2.252	236	10,5	93	4,1	82	3,6	61	2,7	2.016	89,5
2009	2.314	245	10,6	94	4,1	84	3,6	67	2,9	2.069	89,4
2010	2.378	278	11,7	99	4,2	108	4,5	71	3,0	2.100	88,3

FONTE: (BRASIL, 2010a)

Realizando semelhante análise em relação ao governo FHC, no período de 2003 a 2010, houve um crescimento de 35% das instituições públicas, contra um crescimento de 27% das instituições privadas, e a variação em números totais foi positiva para instituições públicas com aumento pequeno de 0,6%. Para recuperar o espaço perdido para as instituições privadas o governo precisaria investir mais que os 4% do PIB, uma medida para melhorar essa desigualdade seria a aprovação da reivindicação de setores da sociedade para ampliar o investimento em educação em até 10% do PIB.

Outro dado relevante para discussão é a quantidade de matrículas no período de 1995 a 2002 e 2003 a 2010, como podemos verificar nas Tabelas 4 e 5:

Tabela 4: Matrículas Governo FHC (1995 a 2002)

Unidade da Federação / Categoria Administrativa ^a	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais								Variação %
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	
	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	
Brasil	1.759.703	1.868.529	1.945.615	2.125.958	2.369.945	2.694.245	3.030.754	3.479.913	97,755701
Pública	700.540	735.427	759.182	804.729	832.022	887.026	939.225	1.051.655	50,120621
Federal	367.531	388.987	395.833	408.640	442.562	482.750	502.960	531.634	44,650111
Privada	1.059.163	1.133.102	1.186.433	1.321.229	1.537.923	1.807.219	2.091.529	2.428.258	129,26197

FONTE: Elaboração própria segundo dados (BRASIL, 1995-2002). Grifo nosso

Tabela 5: Matrículas Governo Lula (2003 a 2010)

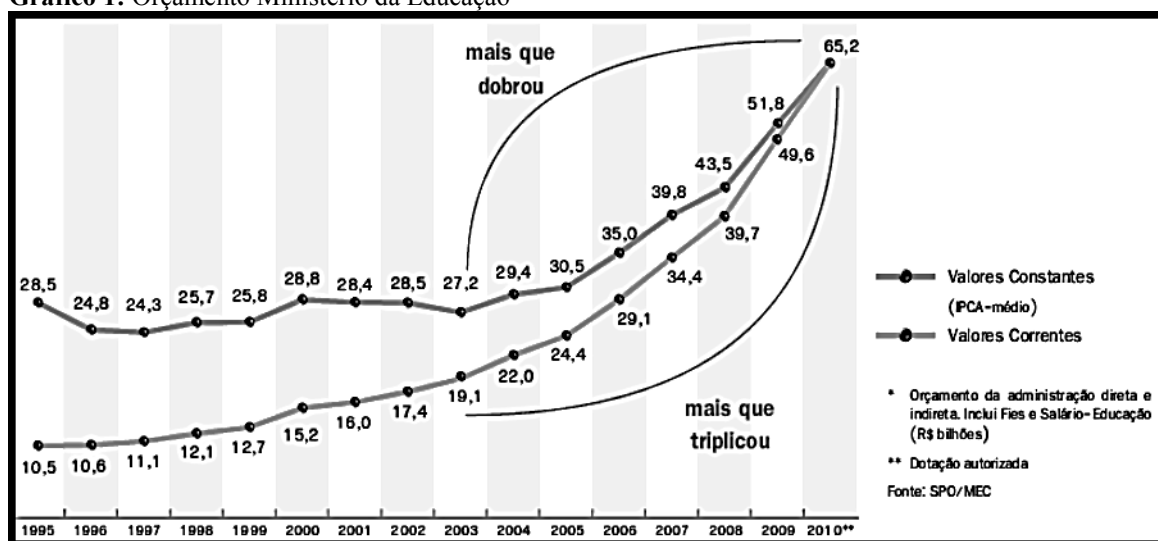
Unidade da Federação / Categoria Administrativa ^a	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais								Variação %
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	
Brasil	3.887.022	4.163.733	4.453.156	4.676.646	4.880.381	5.080.056	5.115.896	5.449.120	40,187527
Pública	1.136.370	1.178.328	1.192.189	1.209.304	1.240.968	1.273.965	1.351.168	1.461.696	28,628528
Federal	567.101	574.584	579.587	589.821	615.542	643.101	752.847	833.934	47,052112
Privada	2.750.652	2.985.405	3.260.967	3.467.342	3.639.413	3.806.091	3.764.728	3.987.424	44,962867

FONTE: Elaboração própria segundo dados (BRASIL, 2002-2010). Grifo nosso.

Um dos fatores que contribuíram para que ocorresse a expansão exposta, foi o aumento no orçamento do Ministério da Educação (MEC), que mudou muito de 1995 até 2010.

Várias discussões sobre políticas públicas voltadas para expansão da educação superior pública ocorreram no governo Lula e no início de 2004 surgiu uma proposta audaciosa, chamada de Plano de Expansão Fase I, com um orçamento de R\$ 1,6 bilhão, sendo distribuído no período de 2004 a 2008. O plano consistia em criar 14 novas universidades e 64 novos *campi*, visando não apenas a expansão da rede federal, mas também sua interiorização.

Gráfico 1: Orçamento Ministério da Educação



FONTE: (BRASIL, 2010a).

Em 24 de abril de 2007, foi lançado outro plano, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), através do DECRETO Nº 6.096:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI - com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (...).

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

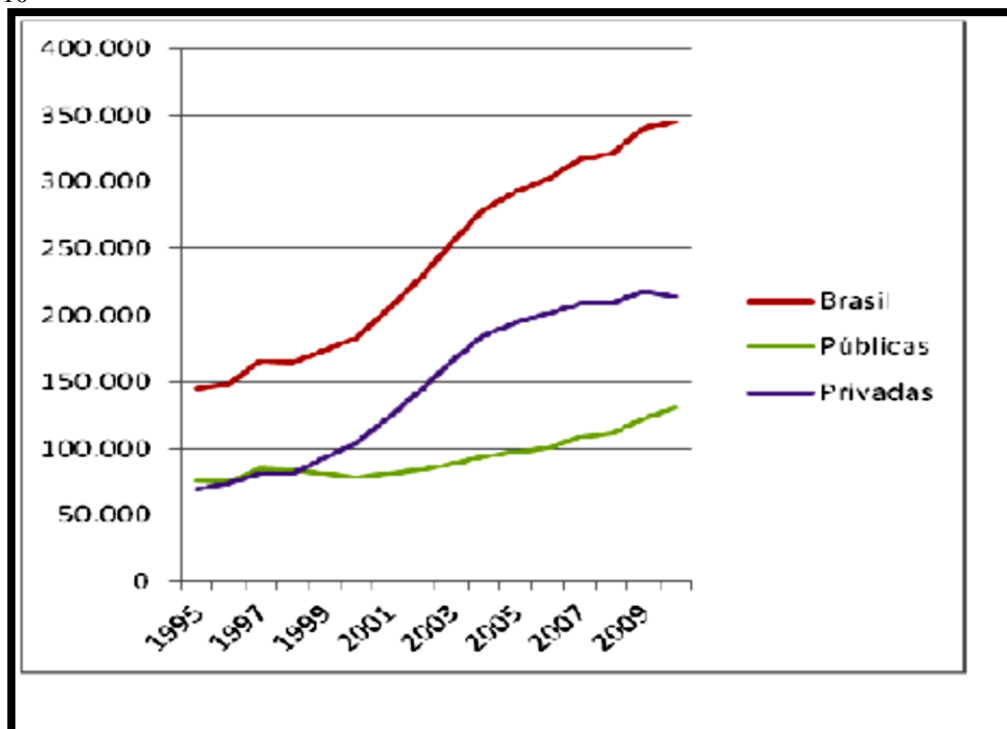
IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007a)

No lançamento do plano foi designado um orçamento de R\$ 415 milhões e até o final de 2012 seriam investidos R\$ 3,5 Bilhões, visando à implantação da reestruturação das universidades federais como previa o decreto de criação do plano. Parte deste montante não foi repassado às universidades federais até o final de 2012.

Gráfico 2: Evolução no número de funções docentes em exercício no Brasil, por organização acadêmica, 1995-2010



FONTE: (MANCIBO, 2012).

Observa-se que a evolução do número de professores das universidades federais é insuficiente para a expansão sugerida pelo próprio REUNI e que há um descompasso entre o plano de expansão do ensino superior público e os investimentos destinados a esta expansão. Assim, o governo se encontra em uma encruzilhada: busca apoio nas instituições federais para realizar a expansão da rede federal de ensino superior ao mesmo tempo em que destina verbas insuficientes para este projeto e intensifica as exigências sobre o corpo docente e os funcionários técnico-administrativos das mesmas.

O Plano de Expansão Fase I tinha como característica principal a expansão interiorizada e a sua proposta de criação de novas universidades e de *campi* vinculados a matrizes mantenedoras e administradoras.

No caso do REUNI, existe outra característica que é a expansão da matriz e também a criação de novos *campi* ligados a ela, mas nestes casos, são criados *campi* mantidos e administrados pela matriz, no entanto não tem unidade fora da sede, ou seja, os cursos são vinculados a institutos da matriz, os professores são dos institutos e têm lotação no *campus* que dão aula, não existem técnicos administrativos de setor meio e geralmente quando alunos e professores precisam resolver questões administrativas ou se deslocam até a matriz ou são feitos agendamentos em algum dia da semana para resolver estas questões.

Outra crítica importante é o fato de que a partir de um conjunto de leis e decretos o governo vem descaracterizando a universidade pública como uma instituição estatal, de responsabilidade do governo e do Estado.

A adesão das universidades federais ao REUNI implica diretamente dois níveis de precarização: a da formação profissional e do trabalho docente. A precarização da formação ocorre através do atendimento de um maior número de alunos por turma, da criação de cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissionalizante), representando uma formação aligeirada e desvinculada da pesquisa. Considerando a necessidade do cumprimento das metas de “expansão” apresentadas no decreto, através do aumento do número de turmas, de cursos e da relação professor-aluno em sala de aula da graduação, a dinâmica de contratação de professores nas universidades deverá pautar-se no “banco de professores-equivalentes”, precarizando ainda mais as condições de trabalho docente (LIMA, 2009, p. 23)

A expansão da rede federal de educação superior ocorre de forma acelerada, em 12 anos o Brasil terá mais que duplicado o número de instituições, mas há de se ter atenção quanto à qualidade da educação, visto que, apenas a expansão não é garantia de qualidade da educação, como se pode verificar com relação à discrepância dos planos de expansão apresentados pelo governo e suas metas.

CONTRADIÇÕES DA EXPANSÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO NAS UNIVERSIDADES

Em tempos de expansão, o tempo útil disponível do professor-pesquisador, tende a diminuir, pois além de ministrar aulas, fazer pesquisa e extensão, agora também tem que fazer cada vez mais trabalhos administrativos, que antes eram feitos pelos técnicos.

As Tabela 6 e 7 mostram que vem diminuindo gradativamente a relação professor/técnico:

Tabela 6: Número Total de Funções Docentes (Em Exercício e Afastados), por Grau de Formação e Regime de Trabalho, segundo as Regiões Geográficas e as Instituições Federais - 1995/2010.

Ano	Região / Instituições Federais	Funções Docentes									
		Total	Em Exercício	Grau de Formação (Exercício e Afastados)					Regime de Trabalho		
				Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Tempo Integral	Tempo Parcial	Horista
1995	Brasil	51.252	44.486	67	8.875	10.220	15.272	10.052	35.819	8.667	-
1996	Brasil	47.921	42.110	63	8.313	8.800	14.802	10.132	35.891	6.219	-
1997	Brasil	52.217	50.059	279	10.351	10.278	17.244	11.907	43.221	6.838	-
1998	Brasil	48.622	45.611	22	7.745	8.303	16.371	13.170	38.709	6.481	421
1999	Brasil	-	46.687	21	7.654	7.865	16.496	14.651	38.594	7.292	801
2000	Brasil	50.165	43.739	17	7.879	8.201	17.321	16.747	42.599	7566*	-
2001	Brasil	51.765	45.058	82	8.047	8.220	17.213	18.203	43.494	8271*	-
2002	Brasil	51.020	45.907	-	7.739	7.191	16.431	19.659	42.889	7.435	696
2003	Brasil	52.106	47.709	-	8.332	6.222	16.225	21.327	43.270	7.388	1.448
2004	Brasil	54.439	50.337	17	9.252	6.482	15.825	22.863	44.837	8.618	984
2005	Brasil	56.565	52.943	13	9.528	6.601	15.913	24.510	47.649	8.697	219
2006	Brasil	58.078	54.560	4	8.229	6.387	16.336	27.122	48.580	7.482	2.016
2007	Brasil	63.302	59.156	14	9.198	6.195	17.440	30.455	53.413	8.500	1.389
2008	Brasil	66.122	61.783	56	9.012	6.662	18.000	32.392	56.758	8.561	803
2009	Brasil	77.574	72.228	53	11.748	6.145	20.344	39.284	63.215	7.985	1.028
2010	Brasil	83.443	78.608	255	7.590	6.237	24.069	45.292	70.481	7.416	711

*Inclui horista

Fonte: Elaboração própria segundo dados (BRASIL, 1995-2010). Grifo nosso.

Tabela 7: Número Total de Funcionários Técnico-Administrativos, por Grau de Formação, segundo as Regiões Geográficas e as Instituições Federais - 1995/2010.

Ano	Região / Instituições Federais	Funcionários							
		Total	Grau de Formação (Exercício e Afastados)						
			Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
1995	Federal	100.517	19.942	14.579	35.279	26.187	3.375	1.025	130
1996	Federal	98.058	18.981	13.547	35.874	24.829	3.447	1.121	259
1997	Federal	91.042	17.414	11.861	35.083	23.066	2.691	765	162
1998	Federal	75.122	14.977	10.064	28.278	18.687	2.235	676	205
1999	Federal	72.604	*	*	*	18.041	2.820	872	175
2000	Federal	69.411	11.774	9.682	25.079	18.251	3.359	1.057	209
2001	Federal	60.628	10.633	8.317	21.319	16.401	2.742	972	244
2002	Federal	61.341	10.377	7.694	21.866	17.133	2.905	1.080	286
2003	Federal	62.928	9.933	7.778	22.950	18.470	2.631	914	252
2004	Federal	63.035	9.299	6.923	23.693	18.844	2.960	1.019	297
2005	Federal	63.779	8.770	6.786	24.640	18.045	3.861	1.289	388
2006	Federal	65.581	8.090	7.064	25.561	18.709	4.254	1.463	440
2007	Federal	69.301	7.810	6.633	26.942	20.768	5.028	1.550	570
2008	Federal	69.625	6.033	7.673	27.020	19.783	6.552	1.889	675
2009	Federal	96.786	7.284	6.100	33.474	30.582	14.845	3.406	1.095
2010	Federal	100.683	6.052	5.968	34.036	27.479	20.938	5.208	1.002

* Sem graduação 50.696

Fonte: Elaboração própria segundo dados (BRASIL, 1995-2010). Grifo nosso.

O crescimento das instituições públicas no período de 1995 a 2010 foi de 32,38%, o crescimento das matrículas foi de 126,90%, no entanto, podemos verificar certa discrepância no crescimento de docentes e técnicos administrativos, enquanto a função de docente teve um aumento de 76,70%, o aumento de técnicos administrativos foi de 0,16%, ou seja, praticamente não mudou a quantidade de técnicos administrativos, o que houve foi por um bom período o decréscimo acentuado, e nos últimos dois anos a retomada de contratações. Com a diminuição da quantidade de técnicos administrativos, que são os funcionários que dão suporte ao professor, e também a questão de serviços burocráticos e técnicos, cabe então ao professor realizar algumas dessas funções e também ocorre a sobrecarga dos técnicos existentes.

Como uma das medidas do REUNI é ter uma proporção de 18 alunos por professor, também prejudica tanto o professor que não pode dar a atenção necessária para o aluno, e também precariza seu trabalho, visto que, têm cada vez mais provas, trabalhos e alunos para orientar.

Neste sentido, o trabalho do professor se torna cada vez mais precarizado, porque tem que fazer funções que não são do seu cumprimento obrigatório, não tendo tempo para preparar melhores aulas, ou orientar pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados, em primeiro plano pelo governo federal, acerca da expansão e interiorização do ensino superior federal, apresentam com um primeiro olhar

uma melhoria significativa para os padrões da educação superior no Brasil, principalmente em termos quantitativos. No entanto, os profissionais mais afetados desse processo, professores e técnicos administrativos, não estão percebendo expansão no mesmo ritmo e com a qualidade que se espera de uma instituição pública, que sempre aparece nos discursos oficiais oferecendo “Educação pública, gratuita, laica e de qualidade”.

Os projetos divulgados de expansão, interiorização e, provável, democratização do Ensino Superior requerem outros investimentos, além da infraestrutura básica, de pessoal qualificado e dos equipamentos utilizados. Torna-se necessária, de início, uma ampliada discussão sobre os objetivos e possibilidades dessa *nova instituição* que surge para atender aos anseios das populações ainda marginalizadas pela incapacidade de lograr sucesso intelectual proporcionado pelo convívio acadêmico e científico, trabalho que se oferece em instituições públicas de ensino superior com infraestrutura e de pessoal que apresente condições materiais concretas para a plena realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Reforma da Educação Superior: Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior*. Brasília, 2004a.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Censo da educação superior: 2002 – resumo técnico*. Brasília, 2002a.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Censo da educação superior: 2010 – resumo técnico*. Brasília, 2010a. p.30.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Sinopse estatística do ensino superior*. Brasília, 1995.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Sinopse estatística do ensino superior*. Brasília, 1996.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Sinopse estatística do ensino superior*. Brasília, 1997.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Sinopse estatística do ensino superior*. Brasília, 1998.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Sinopse estatística do ensino superior*. Brasília, 1999.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Sinopse estatística do ensino superior*. Brasília, 2000.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Sinopse estatística do ensino superior*. Brasília, 2001.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Sinopse estatística do ensino superior*. Brasília, 2002b.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Sinopse estatística do ensino superior*. Brasília, 2003.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Sinopse estatística do ensino superior*. Brasília, 2004b.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Sinopse estatística do ensino superior*.

Brasília, 2005.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Sinopse estatística do ensino superior*. Brasília, 2006.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Sinopse estatística do ensino superior*. Brasília, 2007b.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Sinopse estatística do ensino superior*. Brasília, 2008.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Sinopse estatística do ensino superior*. Brasília, 2009.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. *Sinopse estatística do ensino superior*. Brasília, 2010b.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto nº 6096*, Brasília, 2007a.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto-Lei nº 9394*, Brasília, 1996.

DIAS SOBRINHO, J. *Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado*. Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento? Casa do Psicólogo, São Paulo, 2005. p.168.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução: Adail Ubirajara e Maria Stela Gonçalves. 5ª. Ed. – S. Paulo: Edições Loyola, 1992.

LIMA, K. R. S. Universidades Federais e o REUNI: alterações nas funções da universidade pública brasileira. *Revista Advir*, Rio de Janeiro, 2009, nº23, p 20-27.

MANCEBO, D.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. C.. *Algumas estatísticas relevantes para a análise do trabalho docente*. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 2012.

PEREIRA, L. C. B. *Reforma Gerencial de 1995*. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/rgp.asp>>. Acesso em 12/09/2011)

SANTOS, B. S.; *A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Editora Cortez, 2004. p.42-89.

TEIXEIRA, A. *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

¹ PPGE/UFSCar

² PPGE/UFSCar

Recebido: agosto-13

Aprovado: setembro-14